

O entendimento humano do ponto de vista dos jogos de linguagem: algumas notas sobre as Investigações Filosóficas de Wittgenstein

Silvia Faustino Saes

UFBA

A concepção da linguagem como uma capacidade adquirida pelo ensino e aprendido e como uma habilidade consolidada pelo hábito recebe um tratamento extenso nas *Investigações Filosóficas* de Wittgenstein. O empreendimento de aprofundar *filosoficamente* tal concepção traz em seu bojo a recusa de uma arraigada crença, na filosofia e no senso comum, no modo de conceber a linguagem apenas como um meio de expressão do pensamento, ou como uma espécie privilegiada de tradução do que é produzido pelas operações do entendimento, da imaginação ou da razão. Wittgenstein se dedica a mostrar como a linguagem está no centro de todas essas operações, e como ela é o único instrumento de que dispomos para a instituição do próprio entendimento e da nossa racionalidade. O objetivo nesta palestra consiste em apresentar as notas características do conceito de entendimento humano que Wittgenstein elabora à luz do conceito crucial de ‘jogos de linguagem’, enfatizando especificamente a sua recusa da visão do entendimento como uma faculdade mental. A descrição de qualquer conceito relevante nas *Investigações Filosóficas* só pode ser levada a cabo no enquadramento da grande novidade do pensamento do segundo Wittgenstein, que é o ‘jogo de linguagem’, um conceito que opera metodologicamente ou pedagogicamente como forma alternativa e inovadora de investigação.¹

No que se segue, abordarei três momentos cruciais da argumentação que recusa o entendimento como uma faculdade mental: a análise da leitura; o fenômeno do “aprender num golpe”; e a situação descrita como “aprender a entender”. Finalizarei com o apontamento de uma *tensão conceitual* que identifico no pensamento de Wittgenstein sobre a dimensão mental da experiência linguística, que me interessa aprofundar.

Antes, porém, algumas considerações iniciais são necessárias. É preciso admitir, de saída, que o vocabulário moderno das faculdades subjetivas da mente não pode ser utilizado por Wittgenstein. Ele não faz uma crítica direta a nenhum sistema filosófico específico, mas testa, em seus diálogos, a força de sua presença quando se investiga a linguagem, especialmente a concepção geral de que o entendimento opera no âmbito da mente, como uma faculdade lógica do juízo. Para Wittgenstein, trata-se de consolidar a visão de que o entendimento provém do uso da linguagem e que o poder de julgar reside no acordo que os humanos têm sobre a linguagem que usam. A pesquisa realça o caráter linguístico e

1 SAVICKEY, B. (1999). *Wittgenstein's art of Investigation*. London: Routledge. A autora salienta a importância metodológica e pedagógica dos jogos de linguagem (p. 152) e como forma alternativa de investigação filosófica (p. 155).

convencional do entendimento humano: trata-se do verbo “entender” como uma habilidade adquirida pela linguagem, nas ocasiões de seu aprendizado, na prática e no hábito de usar seus instrumentos. Essa habilidade não tem origem mental, ela envolve o corpo, a percepção sensível dos signos, o domínio de técnicas, as circunstâncias do uso dos sinais e até mesmo as leis gerais da natureza, que ninguém vê, por serem tão gerais. Envolve o que Wittgenstein chama de ‘forma de vida’, que supera o campo dos fenômenos que “nos ocorrem”, ampliando a dimensão linguística para os gestos, as expressões fisionômicas, os sons e tons da voz, sinais de trânsito, tabelas, diagramas, mostradores, tudo o que possa valer como “meio de representação” [*Mittel der Darstellung*, § 50] em nosso sistema de comunicação.

O conceito de ‘jogo de linguagem’, tal como apresentado no § 7, comparece como designação de um “processo” [*Vorgang*]. Wittgenstein diz que chamará de ‘jogos de linguagem’ os seguintes “processos”: i) um modo de agir de acordo com as palavras (um parceiro enuncia a palavra e o outro age de acordo com ela); ii) uma lição de linguagem, onde se ensina/aprende a denominação de objetos, por exemplo, pedras; iii) um simples exercício em que um aluno repete a palavra que o professor pronuncia; iv) o uso das palavras por meio dos quais as crianças aprendem sua língua materna; v) uma linguagem primitiva (mais primitiva que a nossa); vi) os usos das palavras numa brincadeira de roda; e vii) a afirmação que mais amplia a extensão do conceito: “Chamarei também de ‘jogos de linguagem’ o conjunto da linguagem e das atividades às quais está interligada”.²

O conceito envolve a temporalidade dos processos, os comportamentos intersubjetivos de enunciações e reações, objetos designados, aquisição de uma língua. No § 23 é dada uma lista de 15 espécies distintas de jogos de linguagem, que englobam desde a resolução de cálculo aplicado até o maldizer e o rezar. Conforme explica Beth Savickey,³ convém traçar uma distinção entre o uso do jogo como uma analogia e o seu uso propriamente metodológico. Como uma analogia, trata-se de comparar o falar da linguagem com o jogar jogos, enquanto que em seu uso estritamente metodológico, eles são “objetos de comparação” que, através de semelhanças e dissemelhanças, devem lançar luz sobre a nossa linguagem.⁴ Neste último sentido, os jogos de linguagem favorecem a visão da filosofia como uma arte de inventar ferramentas heurísticas para expor a *natureza gramatical* dos conceitos e de suas distinções.⁵

ANÁLISE (PARCIAL) DO LER

A fim de entender a nova figura do entendimento humano, nada mais apropriado do que começar pela demorada consideração que Wittgenstein faz da palavra “ler”.⁶ Essa análise começa com uma notável advertência: para os propósitos de sua investigação, não será

2 WITTGENSTEIN, L. *Investigações Filosóficas* [*Philosophische Untersuchungen* Frankfurt: Suhrkamp, 1984]. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Ed. Abril, 1975 (Incluindo traduções modificadas). (IF, § 7).

3 SAVICKEY, 1999, p. 158.

4 SAVICKEY, 1999, p. 158. Segundo ela, na qualidade de “objetos de comparação”, os jogos de linguagem são introduzidos nos seguintes parágrafos: 2, 8, (10), 15, 21, (27), 48, 53, 60, 64, 86, 143, 151, 556 e 630. A apresentação dos jogos de linguagem como “objetos de comparação” é feita por Wittgenstein no § 130 das IF.

5 Recomendo artigo de Márcio Suzuki (2015), “The invention as a form of life: Heuristic and Language in Moritz, Goethe and Wittgenstein”, publicado na *Analytica: Revista de Filosofia*, v. 19, n. 1.

6 Nas *Investigações Filosóficas* (IF), entre os §§ 156-178.

incluído no ‘ler’ o ‘entender o sentido’ [*das Verstehen des Sinns*] do que é lido.⁷ Advertência bastante curiosa, pois ela visa a operar, pelo menos num primeiro momento, uma *dissociação* entre a leitura e a compreensão do sentido – o que não inviabiliza (claro) a leitura com compreensão, mas sinaliza, de saída, que se pode ler sem entender o sentido do que é lido. Mas, o que essa análise nos mostra?

De acordo com Wittgenstein, ler é a atividade de transformar/transpor [*umsetzen*] algo escrito ou impresso em som; e também a atividade de escrever um ditado, de copiar um impresso, de tocar seguindo uma partitura e coisas do gênero.⁸ Trata-se, pois, de uma atividade que realiza uma transposição, que opera uma mudança de lugar: da escrita para o som, do som para a escrita, das notas musicais da partitura para o som do instrumento, da escrita impressa para a escrita em letra cursiva. Uma atividade, portanto, de transpor sinais percebidos num determinado modo de apresentação para outro modo de apresentação.

A leitura é a habilidade adquirida de realizar essas transposições, e Wittgenstein chama a atenção para o caráter automático do procedimento. Sua estratégia argumentativa consiste em se opor, sistematicamente, às vozes teóricas de certas tendências ou inclinações filosóficas das quais ele pretende se afastar. O texto das *Investigações* tem a estrutura de um diálogo em que uma voz pergunta, outra responde; às vezes, a mesma voz pergunta e responde, e se passa tão rápido de uma para outra, que em certas passagens fica complicado identificar os posicionamentos; é um verdadeiro teatro de vozes teóricas dramatizadas por inúmeras perguntas: o filósofo dá voz à voz que pretende criticar – sempre com um “estariamos inclinados a dizer que .” –, mas, por vezes, a seção termina com a contrapartida somente insinuada, de modo que restam alguns fios soltos. Na maioria das vezes a *sua voz* apenas expressa a inviabilidade de uma tese (daí o apego algo fervoroso da fortuna crítica aos momentos em que claramente se expressam os seus princípios, e podem ser tomados sem maior risco como medida de seu pensamento, o que talvez também explique o caráter repetitivo das exegeses das *Investigações*).

Na análise do ler, opõe-se o que *dizemos ocorrer* a uma pessoa exercitada na leitura e o que *dizemos ocorrer* a um principiante. A estratégia consiste em testar as seguintes teses: i) que ler é uma “atividade espiritual, consciente e particular”;⁹ ii) que aquilo que se passa no leitor treinado e no principiante “não *pode* ser a mesma coisa”; iii) que a diferença dos casos reside nos diferentes estados de consciência de ambos; iv) que se essa diferença não aparecer naquilo em que ambos estão conscientes, ela deverá ser encontrada “no trabalho inconsciente de seus espíritos [*unbewussten Arbeiten ihres Geistes*]”, ou mesmo no cérebro [*im Gehirn*]; e v) que “dois mecanismos diferentes” distinguem o ler do não-ler.¹⁰

Contra essas ideias, Wittgenstein pretende descrever o conceito de “ler” simplesmente como um “reagir [*reagieren*] de tal ou tal modo aos sinais escritos”, e concebe a mudança do não-ler para o ler como uma mudança de comportamento [*Verhaltens*] promovida pelo treino, e não como o efeito de algum mecanismo psíquico.¹¹ Se um aluno começa a ler, ele não conquista um novo estado psíquico ao pronunciar as palavras. Não é uma ocorrência ou processo do cérebro ou do sistema nervoso que interessa à descrição do ler, como se o aprendizado produzisse uma espécie de “ligação de leitura” [*Leseverbindung*] na mente

7 IF, § 156.

8 *Ibid.*

9 IF, § 156.

10 *Ibid.*

11 *Ibid.*, § 157.

de quem começasse a ler.¹² A única explicação plausível que um professor pode dar sobre “quando” o aluno começa a ler ou sobre “qual a primeira palavra” que ele leu seria esta: “a primeira palavra que alguém lê é a primeira palavra da primeira série de palavras que ele lê corretamente”.¹³

Wittgenstein pretende salientar o aspecto mecânico da atividade de ler. Não por acaso, a expressão “máquina de leitura” assume três diferentes funções explicativas:

1. Uma pessoa exercitada na leitura, que lê em voz alta e corretamente, mas não presta atenção, “funciona” como uma “simples máquina de leitura” [*blosse Lesemaschine*];¹⁴
2. Pode-se imaginar o caso em que “pessoas ou outros seres” fossem treinados para serem utilizados por nós como “máquinas de leitura”;¹⁵
3. Teria sentido dizer que, enquanto “máquina de leitura” que “traduz sinais em sons”, uma pianola somente lê “depois” de acontecer isto ou aquilo com ela – por exemplo, que ela dá o primeiro sinal somente depois de tais e tais partes terem sido ligadas por fios metálicos etc.¹⁶

Essas caracterizações da máquina de leitura ilustram enfoques e graus distintos de automatismo. Mas o ponto aqui é mostrar que, no caso das máquinas “vivas” de leitura, as reações aos sinais, por mais automáticas que sejam, não poderiam ser explicadas por meio de mecanismos mentais identificáveis.

“APREENDER DE GOLPE” — ENTENDIMENTO REPENTINO/IMEDIATO/ INSTANTÂNEO

O conceito de entendimento é elaborado no campo exclusivo da linguagem sob a premissa fundamental de que “o significado é o uso”. A questão inicial que se coloca é a seguinte: se o uso de uma palavra é algo que “se estende no tempo”, como explicar que “apreendemos de golpe” o seu significado quando a ouvimos ou pronunciamos?¹⁷ O texto armará uma situação na qual o “entender de golpe” precisará ser conciliado com a tese do “significado como uso”.¹⁸

Uma questão se apresenta: preciso de fato *saber* se entendo uma palavra? Não ocorre também de eu *imaginar* que a entendo (como entendo uma espécie de cálculo) e depois perceber que não a entendi? Teria sentido indagar o entendimento por uma ocorrência espaço-temporal, um fenômeno psicológico com duração empiricamente determinada? E quando alguém diz: “Eu acreditava saber o que significa movimento ‘relativo’ e ‘absoluto’, mas vejo que não sei.”?¹⁹ O entender era um acreditar que sabia e agora não é mais? Há uma diferença entre entender e saber se realmente entende? Se há, como determiná-la? Ora, a investigação

12 *Ibid.*, § 158.

13 IF, § 157.

14 *Ibid.*, § 156.

15 *Ibid.*, § 157.

16 *Ibid.*

17 IF, § 138.

18 Tal “conciliação” será afirmada no § 197.

19 IF, § 139.

gramatical se perderia ao percorrer os meandros tortuosos dos estados e atos mentais se o significado se explicasse como fruto desses estados e atos psicológicos. Como é possível explicar o entender de golpe na miríade dos eventos mentais? O objetivo de Wittgenstein é mostrar que o entender consiste no saber como uma palavra está sendo usada, e saber como ela está sendo usada é algo que tem de poder ser explicado fora dos eventos íntimos dos atos psíquicos. À investigação gramatical que se propõe, não interessa a fenomenologia interior da psiquê, precisamente porque não há gramática cuja sonda teórica chegue à distinção entre o sentimento de imaginar e o de saber que entende.

Na sequência, uma outra questão aparece formulada: quando alguém me diz a palavra “cubo” e “eu sei o que ela significa”, a totalidade do *emprego* da palavra me ocorre assim que a *entendo*? Mas não seria o seu significado determinado justamente por este emprego específico? Se o entender de golpe pode se adequar ou não se adequar a um emprego, é preciso perguntar pelo que significa adequar-se a um emprego. É neste andamento indagativo que a “imagem” [*Bild*] se introduz à possível chave conceitual do entender de golpe: a tese de que o significado depende da apreensão de uma imagem, que funcionaria como critério de sua determinação: “Não é algo como uma imagem? Não pode *ser* uma imagem?”.²⁰ É interessante o movimento das perguntas e das respostas que leva à tese da dependência de entender o significado por uma imagem. Aprender imediatamente a imagem produziria o entender de golpe, por exemplo, do significado da palavra “cubo”. Ao ouvir a palavra “cubo”, uma imagem vem à mente. Se o significado pode *ser* uma imagem, então tem também de poder ser um “desenho” do cubo. Vamos ao trecho:

Bem, suponha que, ao ouvir a palavra ‘cubo’, uma imagem venha à sua mente. Por exemplo, o desenho de um cubo. Em que medida essa imagem pode se adequar, ou não se adequar, a um emprego da palavra “cubo”? – Talvez você diga: “isso é simples; - quando essa imagem vem à minha mente e eu aponto, por exemplo, para um prisma triangular e digo que é um cubo, então esse emprego não se adequa à imagem”. – Mas será que não se adequa? Escolhi o exemplo intencionalmente, para que seja fácil imaginar um *método de projeção* segundo o qual a imagem realmente se adequa.²¹

Trata-se de um exemplo de choque entre *métodos de projeção*: mostra-se que a imagem que vem à mente quando se ouve a palavra não se adequa ao objeto apontado. Mas como isso foi possível? Isso só pôde ter acontecido devido à facilidade de “imaginar” o método de projeção ao qual a imagem realmente se adequa. A indagação, porém, prossegue: “– Mas será que não se adequa?”. A questão parece desembocar no seguinte: e se eu não conseguir “imaginar” um *método de projeção* ao qual a imagem realmente se adéque? E a resposta teria de ser: a imagem do cubo na mente apenas “*sugeri*u certo emprego”, mas ela poderia ser usada de outro modo, porque, na qualidade de desenho, ela se manifesta como projeção efetivada. E na produção da imagem mental efetivada não há espaço lógico de distinção entre ela e seu método de projeção. O entendimento de golpe é o entendimento de métodos de projeção e somente enquanto métodos de projeção efetivados podem as imagens — materializadas em desenhos — ser critérios de significação.

A palavra institui um método de projeção em seu uso. Ela não institui uma imagem, mas um método de projeção. Descobrir a imagem é descobrir o método de projeção, e descobrir o método de projeção é usar. O uso não é superveniente ao ato de projetar — é o seu próprio exercício, e não poderia ser analiticamente separado no ato cognitivo do entender.

20 *Ibid.*

21 *Ibid.*

Assim, não há o menor sentido em se falar de uma imagem desacompanhada de seu método de projeção. Ela restaria um resíduo psíquico solto na mente, à espera de um esquema de síntese para se encaixar, um processo, uma busca etc. Que não tem sentido quando se indaga o entendimento de golpe, que só ocorre quando se encaixa numa forma de vida que lhe confere sentido e valor. O entendimento do uso depende de ver seu encaixe numa forma de vida, por isso a descrição gramatical não precisa percorrer os trajetos internos de uma imagem isolada.

O caráter meramente psicológico da imagem enquanto *Vorstellung* aparece no desenho enquanto *Darstellung* (o rosto é a alma do corpo, diz Wittgenstein). O significado de uma palavra não se restringe tão-somente à imagem que “nos ocorre” [*uns vorschwebt*]. Mas vale a pena completar o quadro do que está em questão, mencionando mais dois casos vinculados ao § 139 (duas notas):

(a) O caso de quando encontramos a palavra certa, a *palavra apropriada* [*treffenden Wort*]. Não seria como se tivéssemos encontrado a imagem exata [*genaue Bild*] de que precisávamos naquele momento? Não (ele diz), porque falar da palavra apropriada não mostra a existência de uma coisa qualquer, e escolher palavras não é como escolher entre desenhos numa pasta. O que ocorre é que *sentimos* a palavra *como* apropriada, mas não que algo corresponda a ela. *Sentir* uma palavra *como* apropriada é uma experiência – diríamos, ‘estética’ – cuja correção não se explica psicologicamente. A correção poética não é uma correção de ordem psicológica.

(b) O caso da imagem que apresenta [*darstellen*] um homem idoso, subindo um caminho íngreme, apoiado num bastão. A pergunta é: mas não poderia também parecer que em vez de subir ele escorregasse pela estrada abaixo? E a resposta é: um marciano talvez descrevesse a imagem dessa forma, mas nós “não precisamos explicar porque” não a descrevemos assim.

A imagem e a aplicação podem colidir, diz Wittgenstein, na medida em que somos levados a esperar certos empregos dela, na medida em que em geral se faz “*esta aplicação desta imagem*”, e isso quer dizer que há “um caso *normal* e casos *anormais*”.²² Ou seja, a colisão entre a imagem e sua aplicação se mostra na quebra da expectativa gerada pelo seu emprego normal. Na sequência do texto, o léxico da imagem é abandonado e o uso das palavras passa a ser tratado à luz do que Wittgenstein chama de “jogos de linguagem normais”:

Apenas em casos normais o uso das palavras nos é claramente prescrito; não temos nenhuma dúvida, sabemos o que temos de dizer neste e naquele caso. Quanto mais anormal é o caso, tanto mais duvidoso torna-se o que devemos dizer. E se as coisas fossem totalmente diferentes do que são/se comportassem de modo totalmente diferente do que se comportam de fato – se não houvesse, por ex., expressão característica da dor, do terror, da alegria; se o que é regra se tornasse exceção e o que é exceção, regra, ou se as duas se tornassem fenômenos de frequência mais ou menos igual – então, nossos jogos de linguagem normais perderiam a sua graça/o seu sentido/o seu interesse/o seu espírito [*Witz*]. O procedimento de colocar um pedaço de queijo sobre uma balança e fixar preço segundo o que marca o ponteiro perderia seu sentido [*Witz*] se acontecesse que tais pedaços, sem causa aparente, crescessem ou diminuíssem repentinamente.²³

Ora, essa noção de “jogos de linguagem normais” e a ideia de que eles possuem um ‘sentido’, ‘graça’ ou ‘espírito’ [*Witz*] que perderiam caso as coisas fossem diferentes do que

22 IF, § 141.

23 IF, § 142.

são, tornam-se muito iluminadoras para o conceito geral do verbo ‘entender’ no segundo Wittgenstein. A noção de *Witz* ligada ao poder de julgar tem longa data na história da filosofia, e é um termo que aparece poucas vezes no livro. Mas no contexto desse parágrafo, o termo *Witz* é claramente vinculado à explicitação conceitual dos jogos de linguagem e dos procedimentos, práticas ou ações por meio dos quais se produzem e produzem nossa forma de vida. Creio ser possível afirmar que entender uma palavra requer captar o *Witz* do jogo de linguagem em que ela é usada – pois assim fica claro o seu lugar, seu papel, seu sentido e valor numa forma de vida dada. E os casos ‘anormais’ também comportam seu *Witz*. Por essa razão, pode-se asseverar que é na dimensão da expectativa de uso das palavras em jogos de linguagem normais que o entendimento humano comum se baseia, e que estamos diante de uma filosofia da linguagem do senso comum.

Além disso, chama a nossa atenção que, para exemplificar os jogos de linguagem normais, Wittgenstein se refira a jogos de linguagem com sentimentos (envolvendo expressões características da dor, do terror, da alegria) e com procedimentos de medir (envolvendo o tamanho das coisas). Não somente porque a psicologia e a matemática são os dois campos do conhecimento sobre os quais ele mais se aprofunda em suas investigações gramaticais (pois teremos de responder a isso), mas (proponho) pela curiosa analogia com os chistes (*Witze*) que encontramos no livro de Lewis Carroll. Em *Alice no país das maravilhas*, ao gritar “ai!” antes de picar o dedo com a agulha, a Rainha perverte o nosso comportamento normal de dor; e quando Alice cresce e diminui de tamanho em seu mundo, mostra-se que, em relação ao nosso, a exceção se torna a regra. Ou melhor: a regra, no mundo de Alice, é a exceção no nosso, e assim se mostra também frutífera a proposta de aprofundar o vínculo conceitual entre *nonsense* e *Witz*.

O uso das palavras nos jogos de linguagem normais nos é nitidamente prescrito e na explicação de seus significados não teríamos a indicar senão “fatos naturais extraordinariamente triviais”, que quase nunca são mencionados devido à sua grande generalidade.²⁴ Os acordos tácitos que permitem o entendimento da linguagem corrente – e que no *Tractatus* eram tidos como “enormemente complicados” (TLP 4.002) – repousam, agora, sobre o extraordinariamente trivial e geral.²⁵

“APRENDER A ENTENDER/COMPREENDER” (§ 143, RETOMADO EM § 185)

Do modelo de compreensão baseado nos jogos de linguagem normais, Wittgenstein passa à investigação de uma “espécie de jogo de linguagem” no qual um aluno deve “aprender a entender” o sistema de numeração decimal. O modo como ele “aprende [*lernt*] a entender [*verstehen*] esse sistema”, isto é, a “possibilidade de entendimento/compreensão” [*Möglichkeit der Verständigung*] do sistema, vai depender do fato de ele ser capaz de continuar a escrever a primeira das séries dos números naturais por si próprio, ou seja, da possibilidade de aprender a lei de formação e logo poder continuar a série 0, 1, 2, 3, 4... sem dificuldade. Essa é a “reação normal” [*normale Reaktion*] que se espera no processo de aprendizagem desse jogo de linguagem, mas há também “reações anormais” [*abnormalen Reaktion*] e ele pode cometer erros fortuitos e mesmo erros sistemáticos (copia, por exemplo, a série 0, 1, 2, 3, 4, 5, assim: 1, 0, 3, 2, 5, 4...), o que nos levaria a dizer que ele entendeu *incorretamente* [*falsch verstanden*]

24 IF, § 142 (conforme a nota a esse §).

25 Ver também nas IF: o § 80 (sobre a poltrona que desaparece); o § 415 (sobre os fatos gerais da natureza); e o cap. XII da parte II das *Ibid.*

o sistema.²⁶ Ora, somos levados a afirmar que ele “entendeu *incorretamente*” por termos tomado o padrão normal de reação como critério de correção do entendimento. Mas o próprio Wittgenstein adverte para o fato de que o limite entre um erro desordenado/fortuito [*regellosen*] e um erro sistemático depende do que chamamos de ‘desordenado’ e ‘sistemático’; e se esse aluno não for capaz de “desacostumar-se” de seu erro, a sua própria capacidade de aprender [*Lernfähigkeit*] pode se interromper. O contexto do “aprender a entender” o sistema encontra, pois, um limite no “erro sistemático” – um erro que, caso persista, não apenas contraria as expectativas das “reações normais” nesse tipo de aprendizado, como também põe em xeque a compreensão de todo um sistema dado.

A palavra ‘entender’, diz Wittgenstein, está estreitamente aparentada às gramáticas das palavras “saber”, “poder” ou “ser capaz de”, e todas elas se conectam à habilidade de dominar uma técnica.²⁷ Ora, é decisiva a entrada do termo ‘técnica’ no quadro conceitual do ‘entender’ (*Verstehen*). Pois a técnica se liga a métodos, processos e procedimentos com instrumentos da linguagem, com tudo o que elegemos como “meios de apresentação” [*Mittel der Darstellung*], que são os nossos modelos, paradigmas, enfim, elementos sem os quais a linguagem não funciona.²⁸ O entender é uma habilidade que envolve primordialmente o saber lidar com as ferramentas da linguagem em contextos apropriados, ferramentas das quais nos servimos para produzir, criar, consolidar – e também destruir – formas de vida. Embora a técnica deva ser dominada pelos seres humanos, os procedimentos podem se tornar tão automáticos que os próprios seres humanos podem se igualar ao instrumento que deveriam utilizar a seu favor e para seus melhores fins. Que entender seja equivalente ao domínio de uma técnica pode, portanto, ser uma característica avassaladora para a nossa desumanização conforme se aprofunda a mecanização dos processos dos sistemas de comunicação.

Todas essas consequências podem, a meu ver, ser tiradas da concepção wittgensteiniana que aproxima o entendimento da linguagem a um saber, a um poder de dominar uma técnica. No entanto, eu gostaria de apontar uma *tensão fundamental* entre a concepção da técnica – cuja descrição gramatical dispensa a dimensão mental dos processos –, e a considerável massa de textos em que se expressam vivências, sensações e sentimentos, que Wittgenstein chama de “fenômenos” ou “processos de acompanhamento”²⁹ do uso da linguagem em geral. Essas expressões de vivências constituem o que poderíamos chamar de “experiência sensível” atrelada à linguagem. Mesmo admitindo que o ideal wittgensteiniano seja o de descrever a linguagem *sem* o reboque dos conceitos marcados pelo paradigma da consciência, não podemos dizer que as imagens, os processos, e as vivências mentais restem como meros dejetos teóricos que o seu sistema dispensa. Há uma tensão entre a recusa teórica da dimensão mental associada à linguagem e o reconhecimento legítimo de sua existência em nossa forma de vida.

Resumamos, em poucos pontos, algumas conceituações wittgensteinianas do entendimento como uma atividade ou habilidade linguística que negam a sua caracterização como um estado [*Zustand*] mental:

- (a) o entendimento/o entender não é um estado [*Zustand*] de onde [*woraus*] provém o emprego correto, porque ele não se distingue de suas aplicações [*Anwendung des Verstehens*]; o critério para saber se o aluno entendeu depende do modo como

26 IF, § 143.

27 *Ibid.*, § 150.

28 *Ibid.*, § 50.

29 IF, § 152.

ele continua a série, e assim “a aplicação permanece um critério da compreensão [Verständnis]”;³⁰

- **(b)** o saber a lei da série não se baseia na *experiência* de tê-la empregado deste ou daquele modo até agora; não é um saber contido na memória que, como um reservatório, armazenaria as aplicações efetivas realizadas e acumuladas até o momento;³¹
- **(c)** saber um alfabeto não é um estado da alma [*Zustand der Seele*], nem estado de um aparelho psíquico [*Seelenapparats*], por exemplo, de nosso cérebro [*Gehirn*]. Se assim fosse, teríamos que conhecer a construção objetiva e material do aparelho mental de maneira independente dos seus próprios efeitos;³²
- **(d)** o saber vinculado ao entender não é um estado de consciência [*Bewusstheitszustand*], nem um processo [*Vorgang*], um pensar-em-algo, ou coisas do gênero. Pois não faz sentido perguntar “quando” você sabe, se você sabe “sempre”, “dia e noite” ou “somente no momento em que pensa”, por exemplo, na lei da série dos números naturais.³³

Esse último ponto será muitas vezes retomado, mas agora nos interessa o retorno ao tema do entendimento instantâneo [*in einen Augenblick*] referindo-se ao emprego da palavra ‘saber’ quando alguém diz: “Agora sei!”, “Agora sou capaz!”, “Agora compreendo!”.³⁴ A investigação se envereda pelo mesmo caminho de mostrar a vacuidade de se pensar essa capacidade como um estado psíquico/anímico [*seelischer Zustand*]. A estratégia consiste em fazer uma comparação do que se diz sobre o “entender uma palavra” com o que dizemos acerca de estados anímicos tais como tristeza, excitação e dor. Nesses contextos, dizemos, p. ex., que “ele esteve aflito o dia inteiro” ou “muito nervoso o dia inteiro”, ou “desde ontem, ele estava sentindo dores ininterruptamente”.³⁵ Wittgenstein chega a admitir um sentido em se dizer, p. ex., que “compreendo esta palavra desde ontem”, mas, ao mesmo tempo, pergunta: como poderíamos dizer que a compreendemos “ininterruptamente”? Então compara a pergunta: “quando diminuíram suas dores?” com a pergunta: “quando parou de compreender a palavra?”.³⁶

A ideia de *comparar* o uso dessas expressões com o uso que fazemos do verbo ‘entender’ é uma estratégia metodológica típica das *Investigações* para exibir confusões gramaticais. O objetivo é mostrar que não tem sentido dizer da atividade do “entender” o mesmo que se pode dizer dos estados anímicos. Os estados anímicos têm marcadores de duração (o dia inteiro, desde ontem) e um modo de duração (ininterruptamente). A distinção gramatical entre as expressões de estados anímicos e a descrição do entender se evidencia na demonstração da falta de sentido das seguintes perguntas: “Quando você sabe jogar xadrez? Sempre? Ou enquanto faz um lance? E durante cada lance? Ou a partida inteira?”.³⁷ Do ponto de vista da descrição gramatical, o entender não é um estado psíquico: não tem duração específica, não é marcado por um início objetivo e nem por alguma extensão determinada.

30 IF, § 146.

31 *Ibid.*, § 147.

32 *Ibid.*, § 149.

33 *Ibid.*, § 148.

34 *Ibid.*, § 151.

35 IF. (conforme nota ao § 151).

36 *Ibid.* (conforme nota ao § 151).

37 *Ibid.* (conforme nota ao § 151).

A habilidade, o domínio de uma técnica se dão no tempo, com o treino e o hábito, envolve processos, mas a temporalidade tanto da aquisição quanto da prática da habilidade não se confunde com a descrição da duração de um estado psicológico. Portanto, “entender deve conter mais” do que a ocorrência mental de fórmulas e, principalmente, mais do que qualquer um dos *processos de acompanhamento* [Begleitvorgänge] ou exteriorizações [Äusserungen] características do entendimento [des Verstehens].³⁸ Não há “acontecimento”, “fenômeno” ou “ocorrência” específicos que sejam condição necessária ou suficiente para explicar o entendimento. Se por ventura encontrássemos algo que acontecesse em todos os casos de entendimento, pergunta Wittgenstein: — “por que isto seria o entendimento?”.³⁹ E prossegue: “Aliás, como então o processo de entendimento podia estar escondido, se eu efetivamente disse “agora eu entendi” porque eu entendi?!”.⁴⁰ O que há por trás do entender a lógica de uma sequência ou do pronunciar uma fórmula são “certas circunstâncias” [gewisse Umstände] que autorizam o dizer que posso continuar.⁴¹ Aqui, como em outras passagens, marca-se a oposição entre o que se diz de uma vivência particular/especial [besonderes Erlebnis] e o que se diz das circunstâncias [Umstände] nas quais as vivências vinculadas ao uso ocorrem.⁴²

A fim de retomar a questão da *tensão fundamental* à qual me referi há pouco – entre a concepção do entendimento como domínio de uma técnica e sua concepção como vivência psicológica –, retomo a última parte da análise do ler, em que é proposto um outro tipo de explicação: “alguém lê quando deriva [ableitet] a reprodução do modelo”, sendo ‘modelo’ [Vorlage] o texto (que se lê ou se copia), o ditado (segundo o qual se escreve), a partitura (que se toca).⁴³ Este momento é crucial, pois Wittgenstein introduz abertamente um *componente normativo* na análise da leitura: se ler é uma atividade de derivar reproduções de modelos, então, trata-se de uma atividade que se exerce segundo regras, é um jogo. À primeira noção geral de ‘transposição’ (§ 156) acrescenta-se agora a natureza normativa dessa habilidade, o que levará à investigação de como um modelo pode funcionar como regra, de como se pode dizer que as ações efetuadas estão em conformidade com ela, e assim por diante.

Sob essa nova chave, o primeiro “caso claro de leitura” consiste no ensino da “regra do alfabeto” (o exemplo é o do alfabeto cirílico russo, mas podemos imaginar qualquer outro com letras distintas das que estamos acostumados). Ensina-se a uma pessoa o modo de pronunciar cada letra e, em seguida, ela lê um trecho pronunciando-o conforme “a regra que lhe havíamos dado”.⁴⁴ Trata-se de um caso evidente de leitura, porque a pessoa mostra claramente que seguiu a regra da pronúncia oral que lhe foi dada. Dessa maneira também ensinamos a pessoa a transpor [übertragen] o texto impresso para a letra cursiva, caso em que a regra é dada na forma de uma tabela onde, numa coluna estão as letras impressas, e na outra as letras cursivas. A evidência do agir conforme a regra dada salta aos olhos em ambos os casos.

Mas, na sequência da análise, Wittgenstein vai mostrar outras possibilidades: a de serem aplicados esquemas diferentes/alternativos de derivações usando uma mesma tabela (não uma linha horizontal, mas linhas inclinadas ou cruzadas entre os componentes das

38 IF, § 152.

39 *Ibid.*, § 153.

40 *Ibid.*

41 *Ibid.*, § 154.

42 *Ibid.*, § 155.

43 *Ibid.*, § 162.

44 *Ibid.*

colunas); e a de alguém não manter a regularidade nas derivações etc., e então, aquela ideia de regularidade simples do § 162, nitidamente reconhecida como “um caso muito especial de derivação”, vai dando lugar ao reconhecimento de que empregamos a palavra ‘ler’ para uma família de casos, e em diferentes circunstâncias aplicamos distintos critérios para dizer que uma pessoa lê.⁴⁵

No âmbito dessa perspectiva normativa da análise do ler, reaparece aquela mesma voz teórica acerca do que estaríamos, agora, “inclinados a dizer” e que é sempre o alvo do ataque de Wittgenstein: diríamos que há uma “essência da derivação”;⁴⁶ que ao ler uma página ocorre de fato “um processo bem determinado!”, algo “especial e altamente característico”, uma “vivência da leitura”; que há um certo modo pelo qual as palavras vêm ao espírito, pois “vêm por si próprias” e não como se nós as inventássemos; que quando lidas, elas como que “deslizam para dentro de nós”, num “processo peculiar de audição interna” do seu som.⁴⁷ Diríamos também que há, certamente, uma “uniformidade na vivência da leitura”,⁴⁸ e assim por diante.

Wittgenstein diz que estamos “tentados a dizer” que há “naturalmente um conjunto de sensações mais ou menos características” da leitura de uma frase impressa, tais como as “sensações de hesitar, de olhar mais perto, de cometer lapsos de leitura, de maior ou menor velocidade na sequência das palavras etc.”; sensações características de recitar algo que se aprendeu de cor e admite até uma série de sensações características do fingir que lê.⁴⁹ É preciso entender, então, que Wittgenstein não nega, em momento algum, a existência dessas sensações nem os fenômenos psicológicos que acompanham a leitura, a saber: ele não pretende fazer desaparecer, como num “passe de mágica”, toda a dimensão da experiência psicológica ligada ao uso da linguagem. O seu ponto é o de mostrar o equívoco cometido quando tomamos essa dimensão empírica, sensível e afetiva da experiência com a linguagem como material de análise gramatical. No caso do jogo de linguagem da leitura, seu ponto é mostrar de que maneira a apresentação de sua gramática como simples domínio de uma técnica de transposição diz muito mais sobre como usamos a linguagem como um instrumento em nossas formas de vida.⁵⁰

Assim, todos os caminhos que se inclinam a buscar a essência da leitura numa experiência ou vivência característica são inviabilizados. O emprego da palavra ‘ler’ depende do contexto e das outras práticas normativas às quais seu uso está interligado, não há apenas um critério, um processo determinado, uma vivência específica, um fenômeno determinado altamente característico que dê conta disso.⁵¹ Se a leitura é uma vivência determinada, diz o filósofo, então “não importa” [*keine Rolle*] que você leia ou não “segundo uma regra alfabética universalmente conhecida por todos”.⁵²

Para concluir, saliento que, nas *Investigações Filosóficas*, o esforço em operar uma completa assepsia do vocabulário das vivências psicológicas nas descrições gramaticais

45 *Ibid.*, § 164.

46 *Ibid.*

47 IF, § 165.

48 *Ibid.*, § 167.

49 *Ibid.*, § 159.

50 Verificar o caso em que (IF, § 157) se admite que uma pessoa possa exteriorizar sua “vivência” da passagem do signo ao som falado e ter o “sentimento” de que “agora leio”, mas sempre será uma exteriorização – e não uma descrição da gramática do ler.

51 IF, § 165.

52 *Ibid.*

apresenta uma tensão – a meu ver, não resolvida – com os textos que admitem a legitimidade da expressão de toda uma vida interior em nós, relacionada ao uso da linguagem. Penso que essa grande quantidade de expressões da experiência anímica, psíquica, emotiva, vinculada à reação dos sinais revela uma grande preocupação do filósofo com o uso da linguagem como instrumento de constituição da nossa humanidade na construção das formas de vida. Essa tensão surge quando parecem estar em causa os limites da gramática, que a filosofia tem como tarefa descrever. Este estudo inicial sobre a concepção geral do entendimento como habilidade essencialmente linguística deverá ser útil nas investigações acerca do uso da linguagem na arte e na poesia. O *sentir* uma palavra *como* a mais adequada é uma experiência que só pode legitimamente ser expressa na primeira pessoa do singular, como uma exteriorização (*Äusserung*) dessa singular vivência. Singular e única, mas que pode ser “entendida” e “compartilhada” como exteriorização que expõe/apresenta/constitui [*darstellen*] uma forma de vida. O singular espelhando o universal: um projeto romântico por trás de algo que soa como um estrito pragmatismo.

Referências

- SAVICKEY, B. (1999). *Wittgenstein's art of Investigation*. London: Routledge.
- SUZUKI, M. (2015). The invention as a form of life: Heuristic and Language in Moritz, Goethe and Wittgenstein. *Analytica: Revista de Filosofia*, v. 19, n. 1.
- WITTGENSTEIN, L. (1984). Philosophische Untersuchungen. In WITTGENSTEIN, L. *Ludwig Wittgenstein Werkausgabe Band I*. Frankfurt am Main: Suhrkamp Taschenbuch Verlag.
- WITTGENSTEIN, L. (1975). *Investigações Filosóficas*. Tradução José Carlos Bruni. São Paulo: Abril Cultural.
- WITTGENSTEIN, L. (2022). *Investigações Filosóficas*. Tradução Giovani Rodrigues e Tiago Tranjan. São Paulo: Fósforo.

Resumo

O artigo apresenta algumas notas características do conceito de entendimento humano que Wittgenstein elabora à luz do conceito crucial de “jogos de linguagem”, enfatizando o caráter linguístico e gramatical de suas concepções e as estratégias argumentativas que expõem a incompatibilidade de sua proposta descritiva com a visão geral do entendimento como uma faculdade mental fundada no paradigma filosófico da consciência.

Palavras-chave: Wittgenstein, Entendimento, Jogos de linguagem

Abstract

The article presents some characteristic notes of the concept of human understanding that Wittgenstein elaborates in the light of the crucial concept of “language games”, emphasizing the linguistic and grammatical character of his conceptions and the argumentative strategies that expose the incompatibility of his descriptive proposal with the vision understanding as a mental faculty founded on the philosophical paradigm of consciousness.

Key words: Wittgenstein, Understanding, Language games